

# **A COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO NAS NAÇÕES UNIDAS: A NOVA ORDEM INTERNACIONAL E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO.**

Aluno: Flávia Curvo Diniz - Orientador: Ana Maria Stuart – Sub-área – Ciência Política-Curso: Relações Internacionais. Departamento de Ciências Sociais e Política Internacional – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – Campus Franca.

Durante a década de 90 observou-se o desenvolvimento humano se inserir como ingrediente central para os debates, negociações e políticas em torno da cooperação internacional. O esmorecimento da ordem bipolar indicava a transição de um mundo em que imperava o conflito e a centralidade da agenda internacional nas questões de segurança militar, para um contexto em que novos assuntos emergiam com preeminência.

O aprofundamento do fenômeno da globalização intensifica a comunicação e a interdependência entre os Estados, e a flexibilização das fronteiras estatais faz com que assuntos antes considerados de competência doméstica sejam debatidos mundialmente. Nota-se nesse contexto a formação de uma agenda comum entre os países para a cooperação ao desenvolvimento humano.

As Nações Unidas foram centrais na tarefa de formular e implementar essa agenda. Com a diluição da ordem bipolar verificou-se a reestruturação do papel da organização, que fortaleceu seu escopo de ação e regulação para além de mantenedor da paz. A agenda da ONU se centralizou nas grandes tarefas de promoção do desenvolvimento mundial e na proteção dos direitos humanos, ao lado da preservação da segurança internacional, em um quadro em esta é indissociável à existência de vida digna e de bem-estar dentre os povos. Tais princípios, porém, estão contidos na Carta da ONU desde 1945, mas recebem atenção renovada.

“À primeira vista, pode parecer desprezível falar de ‘novos desafios’ das Nações Unidas, quando os ‘velhos’ desafios de assegurar paz e segurança, promover o desenvolvimento e de garantir os direitos humanos e liberdades fundamentais- continuam na ordem do dia. Certamente não se trata de mudar esses grandes objetivos gerais, que continuam válidos, mas encontrar os meios para realizá-los na prática, levando-se em conta o potencial de transformação da realidade aberto com o fim da Guerra Fria.”<sup>1</sup>

No início dos anos 90 ainda era presente a visão entre os países de desenvolvimento como processo estritamente econômico, focado no papel gerenciador do Estado. O esgotamento do socialismo soviético estruturara uma ordem mundial baseada no capitalismo ocidental e nos seus modelos de desenvolvimento, os quais os países pobres haveriam de aplicar como receitas de prosperidade que fariam por refletir, entre outros fatores, em progresso social.

Nesse quadro, a cooperação ao desenvolvimento vinha substancialmente sob a forma de apoio, recursos, tecnologia e comissões estrangeiras com *know-how* destinados à implantação de mecanismos e instituições nos países subdesenvolvidos. A cooperação para o desenvolvimento era concebida dentro de um padrão universal de políticas aplicadas, não havendo estudo adequado das necessidades locais de desenvolvimento, servindo mais aos propósitos dos doadores do que da melhora da realidade social e econômica dos países mais pobres.

---

<sup>1</sup> Celso FONSECA Júnior e Benoni BELLI, *Novos desafios das Nações Unidas: prevenção de conflitos e agenda social*, p.59.

A agenda de cooperação internacional para o desenvolvimento nas Nações Unidas esteve a cargo do PNUD desde 1965, como a primeira agência especializada em cooperação para o desenvolvimento. Tal órgão elaborou muitos projetos em parceria com as agências especializadas da ONU direcionados, por exemplo, ao combate a doenças, às condições inadequadas de trabalho nos países pobres, à promoção da educação. Nos países de médio desenvolvimento, o órgão atuava fundamentalmente como um catalisador de recursos e como parceiro dos governos para implementação de programas nacionais centrados na capacitação estrutural, concentrados nas áreas de infra-estrutura e tecnologia, nas décadas de 60 e 70, e também e para enfrentar as dificuldades causadas pelos ajustes econômicos na década de 80 e 90.

Nos anos 90 o PNUD passa a reestruturar seus programas de cooperação com a elaboração do primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano, que fortalece uma nova medição da realidade econômica e social no mundo a partir de um enfoque amplo de desenvolvimento que mede, além da análise da renda, a longevidade, incluindo alimentação adequada e serviços de saúde disponíveis aos indivíduos, e os níveis de escolaridade.

Ao final da década de 90, observou-se que as crises econômicas e o aprofundamento da pobreza e da desigualdade tanto internamente aos países quanto no mundo se provaram produtos das inadequações e desequilíbrios das políticas econômicas adotadas, ou seja, no modelo de desenvolvimento até então vigente. O desenvolvimento humano se fortalece como uma maneira nova de se pensar nas estratégias de cooperação para o desenvolvimento, entendido como um processo focado no indivíduo, no preenchimento de suas necessidades básicas para levar uma vida longa, digna e saudável; na criação de condições e oportunidades na sociedade para este adquirir conhecimento, exercer suas capacidades e gerar recursos necessários a um padrão de vida adequado; a realização dos direitos políticos, humanos e civis, através de participação na cidadania.

Durante as Conferências mundiais dos anos 90, os temas sociais como direitos humanos, meio-ambiente e direitos das mulheres passaram a ocupar o centro da agenda global. Houve a inserção inédita no debate mundial do desenvolvimento social, inaugurando no debate mundial uma nova visão de desenvolvimento, centrado no combate à pobreza e nas necessidades econômicas, políticas e sociais do indivíduo.

No entanto ao final das Conferências se viu crescente distância entre o que foi obtido nas declarações e o que se verificou aplicado na prática. A tentativa de superar esse fato e não se perder o que foi obtido acabou originando os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, em 2000<sup>2</sup>.

“Essa agenda reflete um amplo consenso alcançado nos anos 1990 por meio de uma série de Conferências Globais das Nações Unidas, que está encapsulado na Declaração do Milênio e nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, cujo foco se dirige às conseqüências de desenvolvimento humano a serem encaradas como o ponto focal para ação coordenada entre parceiros do desenvolvimento”<sup>3</sup>.

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio abordam diversos aspectos do desenvolvimento humano, mas deixam de abordar diversos outros que são essenciais para essa agenda. A exemplo disso, não há estratégias de desenvolvimento acerca de um enfoque nas liberdades políticas e dos direitos civis, diante de uma análise das diferentes formas de governos dos países comprometidos com os Objetivos.

---

<sup>2</sup> São oito os Objetivos: erradicar pobreza e fome extremas; alcançar educação primária universal; reduzir a mortalidade infantil; reduzir a mortalidade materna; direitos das mulheres; combater HIV/AIDS, malária e tuberculose; assegurar a sustentabilidade ambiental; desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento.

<sup>3</sup> Carlos LOPES, *Cooperação e desenvolvimento humano: a agenda emergente para o novo milênio*, p.152.

“Mesmo quando não falte segurança econômica a pessoas sem liberdade política ou direitos civis, elas são privadas de liberdades importantes para conduzir suas vidas, sendo-lhes negada a oportunidade de participar de decisões cruciais concernentes a assuntos públicos”.<sup>4</sup>

Dessa forma, formar estratégias para a educação dentro de um quadro de “empoderamento”, requer que uma ampla gama de serviços sociais, e a realização dos direitos políticos e civis concatenem à execução das metas contidas nos planos nacionais de desenvolvimento, diante da análise das diferentes formas de governos dos países. Um quadro de desenvolvimento alcançado de maneira plena afere aos Objetivos do Milênio trabalhos interligados e incremento dos programas de avaliações, estratégias e compromissos estabelecidos, direcionados a um processo de implementação de um Sistema Global de desenvolvimento humano.

Tal estudo é de central importância para os países que buscam novas estratégias para se desenvolver, quando os antigos modelos se mostraram esgotados. Adotar ações coletivas, debatendo e formulando novas estratégias para o desenvolvimento no plano multilateral, se tornam fundamentais, quando se observa a formação de uma agenda comum entre os Estados, em que os problemas são considerados globais e perpassam as fronteiras. As Nações Unidas têm tido papel fundamental quando se fortalece como órgão empreendido em inserir nas relações entre os Estados a importância da cooperação multilateral, que permitam superar pela ação coletiva problemas que estes não poderiam resolver agindo isoladamente.

A pesquisa se articulou em torno de bibliografia e historiografia de documentos, relatórios e manuais das conferências sociais e de agências de desenvolvimento da ONU, mediante a compilação de dados, acordos obtidos e planos de ação relacionados às novas políticas de cooperação que se moldam para o desenvolvimento humano, referentes às Nações Unidas e às bases teóricas de que se baseou o estudo.

### **Bibliografia-**

ALBUQUERQUE, José A. G. A ONU e a Nova Ordem Mundial. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 9, n. 25, p. 161-167, 1995.

ALVES, José Augusto Lindgren. *Relações Internacionais e Temas Sociais: A década das conferências*. Brasília: IBRI, 2001.

AMORIN, Celso. A ONU aos 60. *Revista Política Externa*. São Paulo, v. 14, n. 2, p.17-24, 2005.

ANNAN, Kofi. Dentro de uma liberdade mais ampla: momento de decisão nas Nações Unidas. *Revista Política Externa*. São Paulo, v. 14, n. 2, p.7-15, 2005.

*Carta das Nações Unidas*. Nova Iorque: Nações Unidas - Departamento de Informações Públicas, s/d.

CHANG, Há Joon. *Chutando a escada: a estratégia de desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: UNESP, 2003.

FONSECA Jr., Celso; BELLI, Benoni. Novos desafios das Nações Unidas: prevenção de conflitos e agenda social. *Política Externa*, São Paulo, v. 10, n. 1, p.57-68, 2001.

FRIEDMANN, J. *Empowerment: the politics of alternative development*. Blackwell, Cambridge, Mass & Oxford, 1992.

GALT, Tom. *Nações Unidas: história, organização, funcionamento*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1955.

KEOHANE Robert O. & NYE, Joseph S. *Power and Interdependence*, 3a edição, New

---

<sup>4</sup> Amartya SEN, *Desenvolvimento como liberdade*, p.49.

York, Longman, 2001.

\_\_\_\_\_. *Realism and Complex Interdependence*. In: VIOTTI, Paul/ KAUPPI, Mark. *International Relations theory*. Boston: Allyn and Bacon, 1999. p307-318.

LOPES, Carlos. *Cooperação e desenvolvimento humano: a agenda emergente para o novo milênio*. São Paulo: Editora UNESP, 2005

\_\_\_\_\_. Sustainable development: meeting the challenges of the millennium. *Choices supplement, mobilizing action for sustainable development: global partnerships for the 21st century*. New York: PNUD, 2002. Disponível em: <<http://www.undp.org/dpa/choices/supplements/wssd/English%20WSSD.pdf>>

MAGNOLI, Demétrio. *Relações Internacionais: teoria e história*. São Paulo: Saraiva, 2004.

NAÇÕES UNIDAS. Informe sobre Desarrollo Humano 2003. *Los Objetivos de Desarrollo del Milenio: un pacto entre las naciones para eliminar la pobreza humana*. Madrid: Multiprensa, 2003.

PNUD. Relatório de Desenvolvimento Humano, Lisboa: Mensagem, 2000.

Relatório " Nós, os povos: o papel das Nações Unidas no século XXI", documento A/54/2000.

ROSENAU, James N. *Along the domestic-foreign Frontier: exploring governance in a turbulent world*. Cambridge Studies in International Relations, 1997.

SACHS, Ignacy. " Em busca de novas estratégias de desenvolvimento", *Estudos Avançados*, vol.9, nº 25, São Paulo, USP, set. dez. 1995.

SATO, Eiti. Conflito e Cooperação nas relações internacionais: as organizações internacionais no século XXI. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília, v. 46, n. 2, p. 161-176, 2003.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

WOLKMER, Antonio C. *O Terceiro Mundo e a Nova Ordem Internacional*. São Paulo: Ática, 1989.